

**A. I. N°** - 146468.0037/01-0  
**AUTUADO** - COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES BONFIM LTDA.  
**AUTUANTE** - HENRIQUE IJALMAR LOPES GRANGEON  
**ORIGEM** - INFAZ BROTAS  
**INTERNETE** - 13.08.02

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF N° 0267-01/02**

**EMENTA: ICMS. 1.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MATERIAL DE CONSUMO. Mercadorias recebidas para demonstração não estão sujeitas ao pagamento da diferença de alíquotas. Provado o retorno das mercadorias. Entretanto, no que concerne aos fretes das mercadorias recebidas em demonstração, é cabível o pagamento da diferença de alíquotas, com fundamento no art. 5º, II, do RICMS/97, que prevê o pagamento da diferença de alíquotas relativamente à utilização de serviço de transporte cuja prestação tiver sido iniciada em outro Estado, quando o serviço não estiver vinculado a operação ou prestação subsequente. Excluídas as parcelas relativas às mercadorias. **2.** DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO DE ENTRADAS DE MERCADORIAS NA ESCRITA FISCAL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Infração não caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 27/4/2001, apura os seguintes fatos:

1. Falta de pagamento da diferença de alíquotas de ICMS relativa a aquisições interestaduais de mercadorias destinadas a consumo. Imposto exigido: R\$ 6.517,53. Multa: 60%.
2. Falta de registro, na escrita fiscal, da entrada de mercadorias sujeitas a tributação. Multa: R\$ 264,00.

O autuado apresentou defesa alegando não ser devida a diferença de alíquotas porque se trata de mercadorias recebidas para demonstração. Observa que o fiscal autuante sabia que se tratava de mercadorias em demonstração, pois consignou esse fato nos papéis de trabalho. Reclama que a exigência fiscal distorce os fatos reais, não tendo o autuante verificado se houve ou não as devoluções das mercadorias recebidas para demonstração. Reclama também da tipificação dos fatos no Auto de Infração. Pede a nulidade ou a improcedência da autuação.

O fiscal autuante, ao prestar a informação, reconheceu que as mercadorias realmente foram recebidas para demonstração e depois foram todas devolvidas nos prazos estabelecidos pela legislação, de modo que a diferença de alíquotas é indevida. Porém considera que devem ser exigidas as parcelas relativas à utilização dos serviços de transportes interestaduais vinculados às citadas demonstrações, nos valores de R\$ 43,66 e R\$ 49,94, referentes aos exercícios de 1997 e 1998, respectivamente. Refez os cálculos. Juntou demonstrativos.

Foi dada ciência da informação fiscal ao sujeito passivo, com entrega de cópias dos novos demonstrativos. O autuado não se manifestou.

## VOTO

No caso do 1º tópico do Auto de Infração, é evidente que mercadorias recebidas para demonstração não estão sujeitas ao pagamento da diferença de alíquotas.

Entretanto, no que concerne aos fretes das mercadorias recebidas em demonstração, é cabível o pagamento da diferença de alíquotas, com fundamento no art. 5º, II, do RICMS/97, que prevê o pagamento da diferença de alíquotas relativamente à utilização de serviço de transporte cuja prestação tiver sido iniciada em outro Estado, quando o serviço não estiver vinculado a operação ou prestação subsequente. Excluídas as parcelas relativas às mercadorias, o débito do 1º item fica assim:

| DATA OCORR. | DATA VENC. | DOC. FISCAL | DIF. ALÍQ. | SOMA         |
|-------------|------------|-------------|------------|--------------|
| 31/03/1997  | 31/03/1997 | 172923      | 2,10       | <b>2,10</b>  |
| 31/07/1997  | 31/07/1997 | 9334601     | 6,84       |              |
|             |            | 9400042     | 7,23       | <b>14,07</b> |
| 30/09/1997  | 30/09/1997 | 513129      | 3,37       | <b>3,37</b>  |
| 30/11/1997  | 30/11/1997 | 9830948     | 6,88       |              |
|             |            | 717696      | 2,86       |              |
|             |            | 596556      | 14,38      | <b>24,12</b> |
| 31/03/1998  | 31/03/1998 | 128580      | 2,21       | <b>2,21</b>  |
| 30/06/1998  | 30/06/1998 | 460301      | 12,38      | <b>12,38</b> |
| 31/07/1998  | 31/07/1998 | 406563      | 3,25       | <b>3,25</b>  |
| 31/08/1998  | 31/08/1998 | 417151      | 2,35       | <b>2,35</b>  |
| 30/09/1998  | 30/09/1998 | 530263      | 2,34       | <b>2,34</b>  |
| 31/10/1998  | 31/10/1998 | 645283      | 3,46       |              |
|             |            | 608694      | 6,63       |              |
|             |            | 611236      | 7,61       | <b>17,70</b> |
| 30/11/1998  | 30/11/1998 | 10038       | 7,47       |              |
|             |            | 726005      | 2,24       | <b>9,71</b>  |
| Total       |            |             |            | <b>93,60</b> |

Com relação ao 2º item do Auto de Infração, consta que o autuado deixou de registrar na escrita fiscal a entrada de mercadorias sujeitas a tributação. Entretanto, nem o Auto de Infração nem o demonstrativo correspondente (fl. 66) indicam quais são as mercadorias. Não é informado sequer quem são os fornecedores. O fiscal autuante não anexou as Notas Fiscais. Não há elementos que determinem se as mercadorias são tributáveis ou não. Esse aspecto é fundamental porque se trata de multa por descumprimento de obrigação acessória, e o percentual da multa leva em conta o fato de a mercadoria ser ou não sujeita a tributação. Em casos semelhantes, sempre que o autuante deixa de anexar cópias dos documentos fiscais, baseando-se unicamente na listagem do CFAMT, esta Junta tem julgado improcedente a autuação. Não considero caracterizada a infração.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **146468.0037/01-0**, lavrado contra **COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES BONFIM LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para

efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 93,60**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 7 de julho de 2002.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR